

ENTRE O SILÊNCIO E A RESISTÊNCIA: SIGNOS FEMININOS NA HISTÓRIA E NA CULTURA

BETWEEN SILENCE AND RESISTANCE: FEMININE SIGNS IN HISTORY AND MEDIA CULTURE

KÁTIA BIZAN¹

RESUMO

Este artigo propõe uma reflexão teórico-semiótica sobre o silêncio como signo e como gesto de resistência feminina ao longo da história, da cultura midiática e diante das violências de gênero, incluindo o feminicídio. A partir da semiótica de Charles Sanders Peirce, o texto analisa como o silêncio — imposto, assumido ou estratégico — se transforma em linguagem simbólica e instrumento ético de resistência. Ao evocar figuras como Joana d’Arc, Frida Kahlo, Simone de Beauvoir e Clarice Lispector², o estudo investiga a maneira como o patriarcado molda regimes de silenciamento e como as mulheres reconfiguram esses espaços de interdição em enunciações simbólicas. Propõe-se ainda o conceito de silêncio sistêmico, entendido como estrutura semiótica e social que atravessa corpos, instituições e narrativas, naturalizando desigualdades e perpetuando a invisibilidade, e evidenciando contextos de opressão extrema como o feminicídio.

Palavras-chave: Semiótica; Silêncio; Resistência feminina; Patriarcado; Feminicídio.

ABSTRACT

This article offers a semiotic-theoretical reflection on silence as a sign and as a gesture of female resistance throughout history, media culture, and contexts of gender-based violence, including femicide. Drawing on Charles Sanders Peirce’s semiotics, it examines how silence—whether imposed, assumed, or strategic—becomes a symbolic language and an ethical instrument of resistance. By evoking figures such as Joan of Arc, Frida Kahlo, Simone de Beauvoir, and Clarice Lispector, the paper explores how patriarchy structures silence and how women transform it into expressive and symbolic resistance. It also proposes the concept of systemic silence, understood as a semiotic and social structure that sustains inequality and invisibility across narratives, institutions, and bodies, highlighting contexts of extreme oppression such as femicide.

Keywords: Semiotics; Silence; Female Resistance; Patriarchy; Femicide.

- 1 Pós-doutoranda em Jornalismo na ECA/USP, doutora e mestra em Comunicação Social pela UMESP. Docente na área de Gestão e Negócios (UNICID). Atua em pesquisas sobre semiótica, comunicação e violência de gênero, com foco nas representações do feminino. Integra os grupos de pesquisa ALTERJÓR (ECA/USP) e Comunicação, Educação e Equidade (CNPq/UEMG). E-mail: k.bizan@gmail.com
- 2 Joana d’Arc (1412–1431): informações históricas de *The Trial of Joan of Arc* (Warner, 2000). Frida Kahlo (1907–1954): obras analisadas em *Frida Kahlo: The Paintings* (Herrera, 1991). Simone de Beauvoir (1908–1986): citações de *O Segundo Sexo* (Beauvoir, 1949). Clarice Lispector (1920–1977): trechos de *A Paixão Segundo G.H.* (Lispector, 1964).

Introdução – Vozes queimadas, ecos do silêncio

A verdade e a justiça são forças da Natureza. As ideias civilizatórias levam adiante as novas incipiências do crescimento. As possibilidades melhorativas da Natureza se derramam sobre nós em cada momento. [...] No entanto, em toda parte e todo tempo, a Natureza é o *genius loci*, possuída de Anaxagoreanas *rationes seminales* em inexauríveis proliferações. *Natura naturans* decreta a regra para a arte: a engenhosidade humana é o dom e vetor do gênio da própria natureza. Nada é predeterminado. Tudo é maturação. (PEIRCE, 1998, p. 309)³

Joana d’Arc ardeu na fogueira por ouvir vozes que a Igreja não reconhecia. Frida Kahlo pintou sua dor quando as palavras não eram suficientes. Simone de Beauvoir escreveu contra séculos de interdição moral e intelectual. Clarice Lispector fez da introspecção e do silêncio uma forma de revelar o indizível. Em tempos e linguagens distintas, essas mulheres enfrentaram um mesmo inimigo: o patriarcado — sistema de poder que estrutura o discurso, a história e o imaginário ocidental, determinando quem pode falar e quem deve calar. Como observa Gerda Lerner⁴ (2019, p. 52), “faz sentido que o sistema demonize quem luta contra ele”, pois a subversão da ordem simbólica ameaça a própria base do poder patriarcal. Cada uma dessas vozes, portanto, incendiou não apenas as convenções de sua época, mas também o próprio código cultural que sustentava o silêncio imposto às mulheres.

Pensar o silêncio como signo é reconhecer sua natureza paradoxal — presença e ausência, expressão e contenção. Para a semiótica de Peirce⁵, todo signo funciona como mediação, estabelecendo um elo entre o sensível e o inteligível, pois, como afirma Santaella (2000, p. 28), “o signo é um veículo que comunica à mente algo do exterior”. Nesse sentido, o silêncio deixa de ser vazio e se configura como forma de linguagem capaz de comunicar afetos, resistências e estruturas simbólicas de poder.

Sob a perspectiva da antropossemiótica, como define Perez⁶ (2011), a significação se dá na experiência encarnada, nas práticas humanas e nos modos de habitar o mundo. O corpo, portanto, é o primeiro espaço de inscrição dos signos e o primeiro território de controle patriarcal. O silêncio imposto às mulheres não é apenas discursivo, mas corpóreo: ele se manifesta nas restrições de comportamento, nos interditos morais e nos espaços de exclusão social e comunicacional.

Ao longo da história, a mulher que fala demais foi considerada perigosa; a que se cala demais, submissa; a que fala certo demais, suspeita. O patriarcado transformou o ato de falar em risco e o silêncio em sobrevivência. Entretanto, nas fissuras dessa lógica, o silêncio também se converteu em resistência: uma pausa que interrompe o discurso dominante, um gesto que comunica o indizível, uma linguagem que diz sem dizer.

Essa dinâmica se reflete nos fenômenos contemporâneos de violência extrema, como o feminicídio, que evidencia os efeitos letais de um sistema que ainda busca controlar, silenciar e punir mulheres que desafiam normas e estruturas de poder. O silêncio, nesse contexto, não é apenas uma estratégia de sobrevivência, mas também um território de resistência, memória e produção de sentido. Compreender o silêncio e os corpos que significam é, portanto, anali-

3 Neste estudo, a epígrafe sustenta a ideia de que todo signo (incluindo o silêncio) funciona como mediação entre sensível e inteligível, articulando poder e resistência, como Beauvoir faz ao questionar estruturas patriarcais.

4 Gerda Lerner (1920–2013): historiadora americana, referência nos estudos sobre patriarcado e opressão feminina.

5 Charles Sanders Peirce (1839–1914): filósofo e lógico americano, considerado o fundador da semiótica moderna.

6 Clotilde Perez (2011): pesquisadora brasileira em antropossemiótica e semiótica aplicada ao consumo.

sar não apenas as palavras não ditas, mas as práticas, gestos e resistências que atravessam a história feminina, revelando as continuidades e rupturas de uma luta que persiste em múltiplas dimensões — ética, estética e política.

Essa desvalorização simbólica das mulheres em relação ao divino se torna uma das metáforas marcantes da civilização ocidental. A outra metáfora é dada pela filosofia de Aristóteles, que pressupõe que as mulheres sejam incompletas e defeituosas, uma espécie diferente da do homem. É por meio dessas construções metafóricas que a subordinação das mulheres passa a ser considerada natural, ou seja, invisível. É isso que estabelece o patriarcado como ideologia (Lerner, 2019, p. 23)

Este artigo adota uma abordagem semiótica peirceana e antropossemiótica, cruzando referências históricas, biográficas, artísticas e literárias. A análise considera fontes primárias (escritos, obras e manifestações das figuras estudadas) e secundárias (biografias, crítica literária e histórica, estudos semióticos), permitindo mapear o silêncio feminino como signo de resistência. A partir de figuras paradigmáticas, analisaremos como o silêncio atua não apenas como instrumento simbólico, mas também como forma de agência, revelando modos sutis e poderosos de resistência. Propomos, ainda, o conceito de silêncio sistêmico — uma categoria que atravessa o social e o midiático, tornando visíveis as estruturas invisíveis da opressão e as estratégias sensíveis de resistência que as mulheres desenvolvem ao longo da história, em contextos que chegam ao extremo da violência de gênero, como o feminicídio, evidenciando a letalidade de um sistema que tenta silenciar e controlar corpos e vozes femininas.

O silêncio como signo e resistência na história feminina

Desde Joana d'Arc, cuja fé foi interpretada como heresia, até Clarice Lispector, que fez do não-dito uma poética do existir, o silêncio feminino sempre esteve à margem do logos masculino. A história registra que as vozes femininas só puderam ser ouvidas quando travestidas de dor, loucura ou santidade. No entanto, ao serem caladas, essas mulheres inauguraram outras formas de dizer — gestos, olhares, escritas, símbolos — que se tornaram meios de resistência silenciosa, abrindo espaços de sentido onde a palavra lhes era negada.

É importante distinguir aqui silêncio/silenciamento e não-dito/calado: o primeiro refere-se a imposições sociais, culturais ou estruturais que limitam a fala; o segundo é uma escolha individual de contenção ou expressão, que pode também configurar resistência, dialogando com Orlandi (2004), que evidencia como o silêncio revela relações de poder e regimes de dominação social, podendo ser tanto imposição quanto estratégia interpretante.

Sob a ótica da semiose peirceana, o silêncio pode ser entendido como um ícone da repressão, um índice do poder e um símbolo da resistência. Ele se torna signo quando, em sua aparente ausência, revela as relações de força que estruturam o discurso, onde “a potencialidade positiva é a origem de todo e qualquer processo semiótico” (Martins, 2015, p. 09). Assim, o silêncio não é apenas ausência de palavra, mas presença interpretante — uma forma de comunicação que resiste ao apagamento e reconfigura o sentido social.

Joana d'Arc personifica a força do silêncio em meio à violência institucional. Diante do tribunal e das chamas, seu silêncio não foi passividade, mas ato interpretante — uma afirmação de fé, coragem e dignidade diante da condenação. Cada recusa a se submeter à narrativa masculina da Igreja transforma o não-dito em resistência, mostrando que o silêncio pode operar como um poderoso signo de integridade e agência.

Frida Kahlo expressou o que o corpo calava: o sofrimento transformado em cor e forma, o trauma reconfigurado como arte. Em suas pinturas, o silêncio se faz imagem e o corpo torna-se linguagem simbólica da dor, da autonomia e da memória pessoal. Na lógica antropológica, o corpo é o signo primordial, mediador entre o sentir e o representar. Cada autorretrato de Frida é uma semiose encarnada da resistência, revelando que o corpo que sofre também pode ser corpo que comunica e transforma.

Simone de Beauvoir rompeu o silêncio filosófico imposto às mulheres, transformando a palavra em instrumento ético e político. Sua escrita não apenas desvelou as engrenagens da dominação masculina, mas instaurou um novo regime de escuta — aquele em que o feminino deixa de ser objeto do discurso e se torna sujeito da enunciação. A resistência de Simone se dá na articulação entre conceito e ação, em que a palavra escrita é gesto de insurgência e transformação social.

Clarice Lispector devolve o silêncio como espaço de revelação. Sua linguagem fragmentada e introspectiva cria uma zona liminar entre o dizer e o calar, onde o sentido se faz na pausa, no gesto e na hesitação. Clarice transforma o silêncio em signo da interioridade, espaço de criação e resistência simbólica, mostrando que o indizível pode ser traduzido em intensidade narrativa e força ética.

O sistema patriarcal só funciona com a cooperação das mulheres, adquirida por intermédio da doutrinação, privação da educação, da negação das mulheres sobre sua história, da divisão das mulheres entre respeitáveis e não respeitáveis, da coerção, da discriminação no acesso a recursos econômicos e poder político, e da recompensa de privilégios de classe dada às mulheres que se conformam. As mulheres participam no processo de sua subordinação porque internalizam a ideia de sua inferioridade. Como apontou Simone de Beauvoir: "o opressor não seria tão forte se não tivesse cúmplices entre os próprios oprimidos" (Lerner, 2019, p. 21).

Em todas essas figuras, o silêncio é mais que ausência — é ato, signo e semiose. Ele articula resistência ética, produção estética e ruptura simbólica, revelando que o poder de calar pode ser subvertido em poder de significar. Ainda assim, essa potência do silêncio não atua em um vácuo social: ele se desenvolve em um contexto de normas e pressões que procuram moldar o comportamento e limitar a agência das mulheres, condicionando-as a aceitar papéis e expectativas que reforçam relações de dominação. Essa dominação simbólica, quando levada ao limite, assume formas de violência física e estrutural que culminam no feminicídio, expressão máxima do controle patriarcal sobre os corpos e as vozes das mulheres.

Antropossemiótica e os corpos que significam

A antropossemiótica, como explica Bizan (2023), consiste no estudo da comunicação humana que se dá por meio da transmissão de mensagens através de signos simbólicos e culturais, codificados e reconhecidos por sistemas verbais e não linguísticos difundidos de geração em geração. Nessa perspectiva, o corpo é o primeiro espaço de inscrição dos signos — ele sente, interpreta e traduz o mundo antes mesmo da palavra. O corpo, portanto, não apenas emite signos, mas é o próprio signo — e, no caso das mulheres, um campo de disputa simbólica e política, onde o silêncio e a expressão se entrelaçam.

Ao longo da história, os corpos femininos foram moldados como superfícies de silêncio. O modo de andar, de olhar, de vestir ou de gesticular foi regulado por códigos invisíveis que comunicam submissão e controle. A antropossemiótica permite compreender esses gestos como processos comunicacionais, revelando que o corpo é o lugar onde se dramatiza o poder e onde também se inicia a resistência. Cada movimento, postura ou escolha corporal pode carregar significados de conformidade, mas também sinais sutis de insurgência.

O corpo feminino se torna espaço de memória e transmissão cultural. Gestos, posturas e rituais corporais podem preservar narrativas de opressão, mas também servir como instrumentos de resistência coletiva. As mulheres, ao ocuparem seus corpos de forma consciente, inscrevem no mundo significados que desafiam padrões normativos e criam possibilidades de agência. Essa dimensão mostra que a resistência não se limita à palavra, mas se manifesta na encarnação do sentir e do agir (Ruiz, 2020, p. 1).

Outro aspecto relevante é a articulação entre o individual e o coletivo. Como Pitta (2017, p. 21) observa, “o inconsciente coletivo é estruturado pelos arquétipos, ou seja, por disposições hereditárias para reagir. Esses arquétipos se expressam em imagens simbólicas coletivas, o símbolo sendo a explicitação ‘encarnada’ do arquétipo.” Assim, o corpo que resiste não apenas comunica experiências pessoais de opressão, mas se conecta a padrões simbólicos compartilhados culturalmente, tornando-se veículo de sentidos que atravessam gerações.

Nesse contexto, a antropossemiótica resgata o corpo como lócus do sentido e do gesto ético. A resistência emerge quando o corpo volta a significar por si mesmo — quando o silêncio imposto se transforma em linguagem simbólica e autônoma. A articulação entre experiência vivida e imagens coletivas mostra que o corpo feminino atua simultaneamente como espaço de silêncio, resistência e produção de sentido, transformando memórias, dores e vivências individuais em linguagem ética, cultural e socialmente significativa.

Cartografias do silêncio

É justamente a terceira categoria fenomenológica (crescimento contínuo) que irá corresponder à definição de signo genuíno como processo relacional a três termos ou mediação, o que conduz à noção de semiose infinita ou ação dialética do signo. Peirce definiu essa relação como sendo aquela própria da ação do signo ou semiose, ou seja, a de gerar ou produzir e se desenvolver num

outro signo, este chamado de “interpretante do primeiro”, e assim *ad infinitum* (Santaella, 2000, p. 8).

O silêncio não é uniforme. Ele se manifesta em diferentes graus, intensidades e intencionalidades. Moure (2004) classificou diversos tipos de silêncio no cinema — o técnico, o de orquestra, o de ambiência, o diegético e o subjetivo — cada um revelando como o não dito pode comunicar mais do que a palavra. Inspirando-se nesse percurso, podemos transpor essa leitura para o campo social e comunicacional, onde o silêncio opera como dispositivo simbólico de poder e resistência.

No plano social, o silêncio técnico aparece quando a ausência de voz é fabricada institucionalmente: as mulheres não são ouvidas, suas narrativas são editadas, suprimidas ou ignoradas. Já o silêncio de orquestra se manifesta no recuo simbólico — o abafamento das expressões femininas diante da dominação discursiva masculina.

O silêncio de ambiência se dá quando o ruído do mundo apaga a existência das mulheres — é o cotidiano ensurdecedor que naturaliza a desigualdade. O silêncio diegético corresponde ao silêncio vivido e sentido: o que se impõe nas relações, nas violências domésticas, nas ausências forçadas. Por fim, o silêncio subjetivo é aquele em que o próprio sujeito silencia a si mesmo — por medo, vergonha ou sobrevivência.

Esses silêncios, embora distintos, convergem em um mesmo campo semiótico: o da significação imposta e transformada. Cada pausa, cada omissão, cada interrupção é também uma narrativa. Ler o silêncio é, portanto, mapear territórios simbólicos onde o poder se instala e onde a resistência se reinventa.

[...] mais elevado e puro grau do ato contemplativo é aquele em que se aprendeu a abandonar a linguagem. O inefável encontra-se além das fronteiras da palavra. Somente com a ruptura das muralhas da linguagem a prática visionária poderá penetrar no mundo da total e imediata compreensão. Quando se alcança tal compreensão, a verdade não precisa submeter-se às impurezas e à fragmentação que a fala necessariamente acarreta. Não precisa ajustar-se à lógica ingênua e à concepção linear do tempo implícitas na sintaxe. Na verdade final estão compreendidas, simultaneamente, o passado, o presente e o futuro. É a estrutura temporal da linguagem que os mantém artificialmente distintos. Esse é o ponto crucial (Steiner, 1988, p. 30).

O silêncio sistêmico

O silêncio, quando é desejado, não deixa rastro de mal-estar. Quando é um mandato, represa a palavra como uma armadura que aprisiona. Em algum momento, há que permitir a essas palavras que saiam de tão dolorida couraça (Amaral, 2020, p. 32).

Além dos tipos de silêncio identificados por Moure (2004), propomos aqui o conceito de **silêncio sistêmico** — uma categoria semiótica e social que traduz o modo como as estruturas patriarcais produzem, distribuem e naturalizam o silenciamento.

O silêncio sistêmico não é apenas ausência de fala, mas um mecanismo de controle simbólico que atravessa instituições, discursos e corpos. Ele opera nas políticas públicas, nas mídias, nas religiões e nas culturas cotidianas, sustentando uma cadeia de signos que hierarquiza o poder do dizer. Assim, o silêncio torna-se parte da engrenagem da semiose social — um signo coletivo que perpetua desigualdades. Em sociedades marcadas por altos índices de violência de gênero, esse silêncio sistêmico também atua como terreno fértil para o feminicídio, que se manifesta como a expressão final do apagamento simbólico e da negação da alteridade feminina.

Na lógica peirceana, o silêncio sistêmico funciona como um interpretante cultural, pois traduz e reafirma o modo como uma comunidade significa o mundo. Ele é mantido por hábitos e crenças — ou seja, por processos de terceiridade que regulam o pensamento e a ação. Nesse sentido, o silêncio sistêmico é tanto um produto quanto um produtor de sentido social.

Contudo, a resistência emerge justamente na fissura desse sistema. Quando mulheres tomam a palavra, quando o silêncio se torna pauta, quando o corpo fala, a cadeia semiótica se reconfigura. A fala insurgente é o novo interpretante que rompe a continuidade do silenciamento, refletindo, como observa Pitta (2017, p. 24), que “o trajeto antropológico é o incessante intercâmbio existente, ao nível do imaginário, entre as pulsões subjetivas e assimiladoras e as intimações objetivas que emanam do meio cósmico e social.” Dessa forma, o corpo e a voz insurgente tornam-se mediadores entre experiências individuais e pressões sociais mais amplas, articulando resistência, sentido e transformação simbólica.

Portanto, compreender o silêncio sistêmico é reconhecer a dimensão política e cultural da semiose. Rompê-lo é instaurar um novo regime de escuta e significação — uma semiose de libertação, em que o silêncio deixa de ser imposição e se torna escolha. Nesse movimento, a escuta se torna ativa e ética, e cada gesto ou palavra emerge como ato de resistência, ressignificando relações de poder e estabelecendo novos modos de existir e comunicar.

Considerações finais – A escuta e o gesto de resistência

O silêncio, como demonstrado ao longo deste estudo, é signo complexo e polissêmico. Ele pode ser imposição ou escolha, dor ou gesto, ausência ou potência. Na história e na cultura midiática, o silêncio feminino é tanto um produto das forças patriarcais quanto um campo de insurgência simbólica.

A semiótica peirceana e a antropossemiótica permitem compreender que todo ato de calar é também um ato de significar. O silêncio, como signo, participa da semiose da existência e revela as dinâmicas entre poder, corpo e linguagem.

Com o conceito de silêncio sistêmico, ampliamos a compreensão do silenciamento para além do individual, alcançando a esfera estrutural. Esse silêncio é reproduzido por sistemas simbólicos que moldam o pensamento social, naturalizando a exclusão e a desigualdade.

Contudo, cada gesto de fala, cada arte, cada palavra que emerge do não-dito é um interpretante de resistência. As mulheres que transformaram o silêncio em linguagem — Joana, Frida, Simone, Clarice e tantas outras — nos ensinam que a luta também se dá na semiose. O silêncio, quando reconhecido e escutado, torna-se signo de emancipação.

Escutar o silêncio, portanto, é um ato político e ético. É abrir espaço para o não dito e reconhecer a potência simbólica de quem foi historicamente calada. A escuta, como gesto interpretativo, rompe o ciclo do silêncio sistêmico e inaugura um novo modo de significar o mundo — mais justo, sensível e plural.

Diante dos índices alarmantes de feminicídio, reconhecer o silêncio como signo político e simbólico é também reconhecer a urgência de escutar as vozes que insistem em existir, transformando a dor em discurso e o medo em gesto de resistência.

Referências

- AMARAL, Alexandre Coimbra. **Cartas de um terapeuta para seus momentos de crise**. São Paulo: Planeta, 2020.
- PEREZ, Clotilde. **Os signos do consumo: reflexões sobre o consumo e a vida material**. São Paulo: Annablume, 2011.
- LERNER, Gerda. (2019). **A Criação do Patriarcado - história da opressão das mulheres pelos homens**. São Paulo: Cultrix.
- MARTINS, Wellington Anselmo. **Semiótica de Charles Pierce: O ícone e a primeiridade**. *Contemplanção*, v. 12, p. 1-14, 2015. Disponível em: <http://fajopa.com/contemplacao/index.php/contemplacao/article/view/93> Acesso em 01 out. 2025.
- MOURE, José. **Le silence dans le cinéma**. Paris: Armand Colin, 2004.
- ORLANDI, Eni P. *As vozes do silêncio*. São Paulo: Cortez, 2004.
- PEIRCE, Charles Sanders. **The Essential Peirce: Selected Philosophical Writings**. Vol. 2. Bloomington: Indiana University Press, 1998.
- Pitta, Danielle Perin Rocha. **Iniciação à teoria do imaginário de Gilbert Durand**. Curitiba: CRV, 2017.
- RUÍZ, Marco Antônio Almeida. **O corpo feminino em discurso: memória e (r)existência**. *Estudos Linguísticos* (São Paulo), v. 49, n. 2, p. 1014-1032, jun. 2020. Disponível em: https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/2477?utm_source=chatgpt.com . Acesso em: 12 out. 2025.
- SANTAELLA, L. **A teoria geral dos signos: Como as linguagens significam as coisas**. São Paulo: Cengage Learning, 2000.
- STEINER, George. **Linguagem e Silêncio: Ensaios sobre a Linguagem, a Literatura e o Inumano**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.